

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.362 - SP (2019/0228456-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : REGINA CELI DONATO
ADVOGADO : ERICA SILVA DE OLIVEIRA - SP332165
AGRAVADO : RODNEI LOPES DI STASI
ADVOGADO : JAIR GONCALVES - SP100650
INTERES. : MARIA APARECIDA DONATO BELLA
ADVOGADO : ERICA SILVA DE OLIVEIRA - SP332165

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Locação de imóvel - Execução de título extrajudicial - Gratuidade de justiça - Pessoas físicas - Declarações de pobreza e de imposto de renda - Rendimentos individuais de cada autora - Demonstrada a hipossuficiência de uma delas, mas não da outra - Agravo parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, a agravante sustenta violação dos artigos 98, 99 e 371 do Código de Processo Civil; 2º e 4º da Lei 1.060/50. Alega que teve o benefício da gratuidade judiciária indeferido pelo Tribunal de origem, sem que se avaliasse suas condições financeiras.

Sustenta que a declaração de pobreza e comprovante de proventos, configuram prova de sua hipossuficiência econômica, afirmando que *"aufere irrisórios rendimentos os quais mal são suficientes para custeio de suas necessidades básicas e de sua irmã que dela depende, razão pela qual, não há liquidez, ao menos no momento, para que a recorrente recolha as custas do processo sem prejuízo do próprio sustento"* (fl. 252, e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Na presente hipótese, a Corte local manteve o indeferimento da gratuidade de justiça à agravante, assim discorrendo (fls. 213-214, e-STJ):

A presente hipótese trata de pessoas físicas, tendo ambas juntado aos autos cópias das declarações de imposto de renda (fls. 148/162).

A agravante Maria Aparecida, pensionista do INSS, comprovou auferir uma renda mensal menor que R\$ 3.000,00, possuindo como propriedade a casa herdada da mãe e um automóvel popular, fazendo, portanto, jus à concessão do benefício.

Por outro lado, na análise da declaração de imposto de renda da agravante Regina, verifica-se que o total de rendimentos tributáveis lhe confere uma renda mensal de aproximadamente R\$ 8.000,00, padrão muito superior à média nacional. O conjunto das informações da declaração de imposto de renda derrui a presunção de veracidade da declaração acostada.

Observe-se que incumbe ao recorrente demonstrar suas alegações da melhor forma possível, no que se inclui a apresentação de todos os documentos possíveis que possam se contrapor ao Imposto de Renda e confirmar a alegada insuficiência econômica.

Assim, não tendo esta recorrente comprovado que as despesas judiciais trazem prejuízo e desestabilizam a subsistência sua básica própria, não há razão para deferir o pedido de assistência judiciária gratuita.

Destarte, a parcial reforma da r. decisão de primeiro grau para deferir a gratuidade processual à agravante Maria Aparecida, sem prejuízo de eventual impugnação, em sede própria, pela parte adversa e indeferi-la à agravante Regina.

Com efeito, anoto que a desconstituição da referida conclusão demandaria o reexame do acervo fático dos autos, procedimento que, em sede de especial, encontra óbice na Súmula n. 7/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora